



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – CIED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

ANA PAULA BATISTA DE ALMEIDA

UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCACIONAL SOBRE OS DESAFIOS
ENFRENTADOS POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MEIO
ACADÊMICO E SUAS LUTAS POR INCLUSÃO: uma revisão literária.

Maceió
2024

ANA PAULA BATISTA DE ALMEIDA

**UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCACIONAL SOBRE OS DESAFIOS
ENFRENTADOS POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MEIO
ACADÊMICO E SUAS LUTAS POR INCLUSÃO:** uma revisão literária.

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Janayna Paula Lima de Souza Santos.

Maceió
2024

ANA PAULA BATISTA DE ALMEIDA

**UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCACIONAL SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS
POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ACADÊMICO E SUAS LUTAS POR
INCLUSÃO: UMA REVISÃO LITERÁRIA**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 26 de outubro de 2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA SANTOS
Data: 23/11/2024 16:55:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Janayna Souza
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 NOELIA RODRIGUES DOS SANTOS
Data: 03/12/2024 17:56:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Noélia Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão
Examinadora 2

Documento assinado digitalmente
 ANDERSON SILVA SANTOS
Data: 02/12/2024 19:26:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Anderson Silva Santos
Faculdade Regional de Minas Gerais
Examinador 3

Maceió, 2024.

UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCACIONAL SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ACADÊMICO E SUAS LUTAS POR INCLUSÃO: uma revisão literária.

ANA PAULA BATISTA DE ALMEIDA (UFAL)
ANA.ALMEIDA1@ARAPIRACA.UFAL.BR

RESUMO: A luta das mulheres por espaço no âmbito social sempre foi intensa, registros históricos já demonstram as dificuldades enfrentadas por elas em tempos mais remotos e a conquista paulatina de direitos humanos fundamentais nos últimos séculos. Em virtude da atual situação das mulheres e sua inserção cada vez maior em ambientes universitários. É de se questionar: em que medida as universidades oferecem direito a acessibilidade, permanência e conclusão de cursos superiores no que diz respeito as pessoas com deficiência, com ênfase nas mulheres? Assim, o trabalho objetivou identificar a atual situação de mulheres com deficiência em ambientes universitários, além de compreender a forma como os Direitos Humanos e a inclusão estão inseridos nas universidades, verificando os principais desafios enfrentados por mulheres com deficiência no meio acadêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em uma pesquisa bibliográfica. Após a realização de pesquisas nas bases de dados, foi possível observar uma certa carência de resultados, uma vez que o número de trabalhos encontrados foi restrito. Dessa forma, inicialmente foram selecionadas treze pesquisas, essa seleção foi realizada com base nos títulos, entretanto, posteriormente realizou-se uma leitura detalhada dos trabalhos e assim, apenas sete se enquadravam nos objetivos propostos por esta pesquisa. Através das análises, notou-se a persistência de barreiras de acessibilidade, a permanência de práticas excludentes, além de outras problemáticas vinculadas às situações econômicas, de gênero e de cor.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Acessibilidade. Universidades. Público feminino.

1 INTRODUÇÃO

A luta das mulheres por espaço no âmbito social sempre foi intensa, registros históricos já evidenciam as dificuldades enfrentadas por elas em tempos mais remotos, além da conquista paulatina de direitos humanos fundamentais nos últimos séculos. A conquista do direito ao voto, ao estudo e ao trabalho não foram conquistas fáceis ou bem vistas na sociedade patriarcal, tendo em vista, que a partir desses direitos as mulheres ganharam voz em uma sociedade opressiva, dominada por ideias machistas e excludentes.

Os desafios femininos ao longo da história passaram a se moldar de acordo com os interesses de cada época e em cada período novas inquietações e barreiras foram se formando, desse modo, a busca por direitos sociais igualitários se torna incessante, para além disso, a busca por equidade é uma realidade ainda distante. Uma vez, que não basta apenas garantir direitos iguais para todos os cidadãos, se cada um possui necessidades diferentes. Isto é, a natureza de ser mulher por si só já impõem barreiras, já traz tarefas, regras comportamentais, assim como, uma espécie de “fórmula pronta” para guiar sua vida e suas ações, logo, fugir de toda essa estrutura social, não é tarefa fácil, é na verdade, um ato de coragem e a certeza de trilhar um caminho desafiador.

Em decorrência desse cenário, surgiu a inquietação de investigar como as mulheres com deficiência estão incluídas no meio acadêmico, como são seus desafios diários, se a inclusão realmente acontece no ambiente universitário, se esse local promove, acolhe e desenvolve políticas públicas de inclusão, que favoreçam não apenas o acesso ao meio acadêmico, mas também a permanência e as condições efetivas de conclusão de cursos superiores.

A inquietação e a pesquisa nesse viés, surgiu principalmente por dois fatores, o primeiro foi em decorrência da minha experiência no período da graduação, no qual cursei Licenciatura em Ciências Biológicas durante quatro anos em uma Universidade Pública, no Agreste do estado de Alagoas e durante todo o curso não presenciei nem no período matutino e nem no vespertino (que frequentava constantemente) a existência de mulheres com deficiência, essa situação mostrou-se preocupante, pois em um ambiente que deveria abraçar a diversidade, pude observar que parte dessa diversidade não estava lá.

Outra motivação para a realização de um trabalho, foi o contato com a Prof.^a Dr.^a Maria Dolores, que durante todo o programa de Pós-Graduação se fez presente, expressou suas lutas, superações, os desafios enfrentados, a importância de os estudantes não desistirem do programa, especialmente, por nos mostrar a relevância de novos profissionais capacitados atuando no estado de Alagoas e como esse fato traz benefícios para a inclusão de pessoas com deficiências e também dos demais grupos de pessoas que, por vezes, sofrem com atitudes excludentes.

Esse levantamento de informações baseado em artigos publicados em meio digital, será relevante por demonstrar um panorama sobre a situação atual das mulheres com deficiência no meio acadêmico, já que como professora de Ciências

da Natureza, é comum se deparar com meninas e adolescentes que apresentam deficiência, essa realidade causa determinadas inquietações, principalmente, no que diz respeito a futura inserção delas em espaços universitários e até mesmo no mercado de trabalho, para além disso, se elas terão de fato a oportunidade e a concretização do direito ao acesso e permanência nesses ambientes, tendo em vista as condições sociais e culturais do meio social no qual estão inseridas, que infelizmente é cercado de capacitismo.

Para orientação no processo de desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa, algumas situações se mostraram importantes de serem investigadas, das quais levantou-se como principal problema a seguinte indagação:

Em virtude da atual situação das mulheres e sua inserção cada vez maior em ambientes universitários. É de se questionar: em que medida as universidades oferecem direito a acessibilidade, permanência e conclusão de cursos superiores no que diz respeito as pessoas com deficiência, com ênfase nas mulheres?

O trabalho foi estruturado em alguns tópicos norteadores, denominados como: mulheres com deficiência em ambientes universitários, direitos humanos e a inclusão nas universidades e desafios enfrentados por mulheres com deficiência no meio acadêmico.

Ademais, vale destacar que o teve como objeto geral identificar a atual situação de mulheres com deficiência em ambientes universitários, através da realização de uma pesquisa bibliográfica, como objetivos específicos buscou-se compreender a forma como os Direitos Humanos e a inclusão estão inseridos nas universidades, além de também verificar os principais desafios enfrentados por mulheres com deficiência no meio acadêmico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INCLUSÃO: O QUE É? QUAL A SUA RELEVÂNCIA?

Segundo Miranda (2019) a inclusão pode ser compreendida como um movimento histórico e contemporâneo de luta social, desempenhado especialmente por pessoas com deficiência e seus familiares, em prol de direitos básicos e de outros mais específico. Ainda de acordo com o referido autor, atualmente ocorre um processo de busca por mudanças, em uma sociedade que até pouco tempo eram fortemente desenvolvidos os processos de desigualdade social, preconceitos,

segregação e exclusão. Agora, torna-se possível almejar de fato a inclusão, através principalmente do desenvolvimento de leis, declarações, políticas públicas, decretos e outros documentos, que visam assegurar tanto os direitos, quanto a igualdade de todos os cidadãos em consonância com a legislação.

Corroborando com a discursão desenvolvida, sobre o termo inclusão, a UNESCO descreve o seguinte

[...] O conceito apareceu pela primeira vez em textos internacionais no ano de 1990, durante uma Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Por meio da Resolução no 45/91, a ONU chamava a atenção da comunidade internacional para a situação de grupos vulneráveis nos países em desenvolvimento, incluindo pessoas com deficiência. Era também a primeira vez que se relacionava deficiência com pobreza (UNESCO, 2007, p. 19).

Entende-se a inclusão como um processo dinâmico, assim ela vai se construindo, se refazendo e se estruturando ao longo do tempo, através das modificações sociais e da criação de políticas públicas no campo educacional desempenhadas em cada período histórico, especialmente as políticas vinculadas a formação de professores, assim como, a destinação de investimentos na infraestrutura das instituições públicas, principalmente em regiões mais carentes (AMARAL, 2017).

A inclusão também deve ser compreendida como um termo amplo, que se estende a todas as parcelas da população que necessitam realmente de modificações nos sistemas atuais, capazes de torná-las incluídas, como o expresso por Sasaki (2009)

[...] Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p. 1).

Atualmente, percebe-se que a inclusão passou a ser mais notada e divulgada pelos meios de comunicação em massa, pois eles tornaram-se uma alternativa no movimento de sensibilização social, provocando a reflexão da população no que concerne as necessidades especiais das pessoas deficientes, para que estas possam desenvolver suas atividades, aproveitar seus direitos e sua cidadania de

forma plena, tanto em ambientes escolares, quanto em outros espaços sociais (FARIAS; SANTOS; SILVA, 2009).

Entretanto, é interessante a colocação de Gomes *et al.* (2019) ao retratar a luta das pessoas com deficiência, assim como, compará-la com outros grupos sociais

As lutas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência se aproximam das lutas dos movimentos feministas e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais quando questionam o construto do corpo como um dado natural que antecede a construção dos sujeitos. Entendemos que a desnaturalização do corpo tem o potencial político de mostrar que as experiências desses grupos sociais são marcadas por relações de poder ancoradas na norma, produzindo o desvio e negando a condição de humanidade (GOMES *et al.*, 2019, p. 10).

Mesmo com a elaboração, publicação e criação de leis e direitos, ainda se percebe a luta travada por grupos sociais na garantia de direitos básicos a todos os seres humanos. As injustiças ainda são corriqueiras, pessoas sofrem, se desgastam e infelizmente até morrem, por terem seus direitos básicos negados. Ademais, diversas situações de exclusão se repetem em ambientes nos quais deveriam ser combatidas de forma veemente, um exemplo de ambiente que deve disseminar e incentivar práticas inclusivas, é justamente o ambiente universitário, já que é um espaço sociocultural e de formação profissional de novos cidadãos.

2.2 DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, defende em seus artigos os princípios norteadores de todos os direitos humanos já estabelecidos, como direito a vida, a liberdade, fraternidade, igualdade, segurança, educação e a diversidade, entre outros direitos (UNITED NATIONS, 2024).

Um dos direitos anteriormente citados, diz respeito a igualdade, nesse cenário, as leis e os direitos, são consequentemente os mesmos para todos os cidadãos. No entanto, entende-se que essa igualdade pode não ser o suficiente para que uma pessoa com deficiência consiga ou tenha condições de viver plenamente igual aos demais cidadãos. Logo, o ideal a ser atingindo, não é o de igualdade e sim o de equidade. Dentro desse contexto dos direitos humanos, a inclusão de pessoas com deficiências e de grupos sociais e historicamente marginalizados, caracteriza-se como uma luta.

Para Diniz, Barbosa e Santos (2009) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, caracteriza-se como um grande avanço no direito dessas pessoas, uma vez, que até então a definição do termo deficiência e a visão sobre ela, eram vistos principalmente por um viés religioso e/ou biomédico. A compreensão da existência de corpos com “impedimentos”, como afirmam os autores, resultantes das variações da espécie humana ainda é visto com certa adversidade pela sociedade, resultando consequentemente em dificuldades na criação e desenvolvimento de políticas públicas. Ademais, os autores também afirmam que

[...] Assegurar a vida digna não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p. 74).

Os direitos humanos devem ser assegurados a todos, levando em consideração as especificidades de cada organismo e fornecendo meios eficazes de superação dessas dificuldades, para que todos possam gozar de uma vida digna e acessível.

2.3 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com a UNESCO (2007) a acessibilidade diz respeito ao acesso realizado por qualquer pessoa, desde as que possuem deficiência, até aquelas sem necessidades especiais, a determinados ambientes físicos, assim como, aos meios de transportes e de comunicação. Dentro da acessibilidade, o uso da tecnologia assistida torna-se uma alternativa às pessoas com necessidades especiais, essa tecnologia é caracterizada como qualquer instrumento, metodologia, estratégia ou produto, criado e aplicado visando facilitar o processo de emancipação das pessoas com deficiência.

Antes de chegar ao ambiente universitário, todos os indivíduos precisam encarar anos de estudo na educação básica. Entretanto, nesse ambiente de acordo com Glat, Pletsch e Fontes (2007) a Educação Especial foi inicialmente inserida como uma educação separada dos sistemas convencionais, assim, era destinada exclusivamente para pessoas que possuíam alguma condição atípica, fator que não as permitia frequentar as salas de aula convencionais. Entretanto nas últimas

décadas a preocupação com a criação de espaços educacionais, comuns a todos, passou a ser um interesse maior da sociedade, pensando em criar uma educação menos segregacionista. Assim, ainda de acordo com as autoras

Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e redesenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino (GLAT, PLETSCHE, FONTES, 2007, p. 344).

Nesse contexto, entende-se que no ambiente universitário as mesmas alterações estruturais, organizacionais, pedagógicas, didáticas, metodológicas e avaliativas devem ser seguidas, para proporcionar a acessibilidade e inclusão necessárias à entrada, permanência e conclusão de seus cursos, por todas as pessoas.

Logo a Universidade apresenta-se como um espaço na qual deve ocorrer a disseminação dos conhecimentos adquiridos previamente pela humanidade, bem como a produção de novos saberes através do incentivo à pesquisa, nesse espaço é essencial também, que haja espaço para o enaltecimento dos seres humanos e de suas capacidades.

Nessa perspectiva, espera-se que haja espaço para todos, incluindo pessoas com deficiência, pois estas também possuem o direito de estudar, pesquisar e trabalhar, ocupando assim seu lugar em variados âmbitos sociais. Nesse cenário, a Universidade deve assegurar a entrada e a permanência de pessoas com deficiência, pois ela possui um papel de destaque socioeducacional, desse modo, ela deve garantir que este seja um ambiente inclusivo e de garantia de oportunidades de crescimento para todos (PEREIRA *et al.*, 2016).

Ainda nessa linha de pensamento, relacionada as funções que devem ser praticadas dentro do ambiente universitário, Souza da Silva (2020) apresenta considerações importantes quando fala que

A universidade, na promoção da responsabilidade social e compromisso com a igualdade de oportunidade e não-discriminação, deve desenvolver políticas internas que abordem a equidade de gênero de maneira interseccional, pois a experiência universitária ocorre de maneira diferente e desigual para as mulheres. Os programas de autodeterminação são alternativas interessantes para fomentar o protagonismo das mulheres com deficiência. Esta é uma maneira de criar espaço para identificar suas demandas e fortalecer seu poder de participação social. Por último, é importante reforçar que a universidade necessita envolver e sensibilizar

docentes e estudantes sobre os temas de igualdade de gênero e deficiência, para que estes sejam agentes na construção de um ambiente acadêmico mais acessível e inclusivo, sem deixar de lado o caráter interseccional das políticas e ações para a inclusão universitária (SOUZA DA SILVA; 2020, p. 22).

Diante do exposto, é extremamente necessário que os professores, os estudantes e demais funcionários das instituições superiores estejam preparados, atentos e engajados na elaboração de um ambiente universitário acessível, dotado de práticas inclusivas.

2.4 OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ACADÊMICO

A luta das mulheres por espaço no âmbito social sempre foi intensa, registros históricos já demonstraram as dificuldades enfrentadas por elas em tempos mais remotos, bem como, a conquista paulatina de direitos humanos fundamentais nos últimos séculos. O direito ao voto, ao estudo e ao trabalho não foram conquistas fáceis ou bem vistas na sociedade patriarcal, tendo em vista, que a partir desses direitos a mulheres ganharam voz em uma sociedade dominada por ideias machistas, excludentes e opressivas.

“As mulheres com deficiência sofrem barreiras sistemáticas durante todo o percurso da vida escolar. Assim, o ensino superior é uma realidade muito distante para a grande maioria das representantes desse grupo” (SOUZA DA SILVA, 2020, p.8). Ainda de acordo com a autora essa realidade não é exclusividade do Brasil, mas de uma gama de países em processo de desenvolvimento. Nesse cenário, sabe-se que a existência e permanência de barreiras sociais, dificultam o acesso, a oferta e o efetivo direito aos níveis de ensino para garotas e jovens deficientes. A garantia de uma educação básica bem feita, é um requisito primordial para que estas jovens, possam futuramente, ter acesso a um curso de nível superior e uma carreira no mercado de trabalho.

Assim, esses argumentos corroboram com as ideias apresentadas por Silva, Ferreira e Fumes (2023) em um trabalho realizado com 12 universitárias deficientes de uma Região do Nordeste brasileiro, através de aplicação de questionário acerca do ensino remoto implementado em decorrência da pandemia da COVID-19.

Ao longo dos anos, as pessoas com deficiência estiveram submetidas a processos de exclusão e silenciamentos, principalmente, as mulheres com deficiência, posto que estas, além de fazerem parte de um grupo que se encontra às margens sociais, ainda sofrem com a estrutura do patriarcado. Tal histórico resultou no contexto em que vivemos atualmente, o qual ainda é marcado pela falta de políticas públicas e de interesse por parte do Estado em garantir seus direitos, de modo a promover a superação da invisibilidade social em que esses sujeitos estão mergulhados (SILVA; FERREIRA; FUMES, 2023, p. 3).

Os desafios femininos ao longo da história passam a se moldar de acordo com os interesses de cada época e em cada período novas inquietações e barreiras vão se formando, desse modo, a busca por direitos sociais igualitários se torna incessante, para além disso, a busca por equidade é uma realidade ainda distante.

Assim, não basta apenas garantir direitos iguais para todos os cidadãos, com ênfase nas mulheres, se cada uma possui necessidades diferentes. Isto é, a natureza de ser mulher por si só já impõem barreiras, já te dá tarefas, regras de comportamentos, uma espécie de “fórmula pronta” para guiar sua vida e suas ações, logo, fugir de tudo isso que foi socialmente construído, não é tarefa fácil, é na verdade, um ato de coragem e a certeza de trilhar um caminho desafiador. Corroborando com essa visão Verozeni, Ribeiro e Gomes (2021) relatam a seguinte situação

Existe um estigma de que as pessoas com deficiência são incapazes de exercer sua cidadania, ou seja, esses sujeitos são vistos como inválidos e dependentes, precisando ser amparados por terceiros. Essa concepção contribui significativamente para a dificuldade de inclusão não só no mercado de trabalho, mas nas diversas esferas sociais. Pode-se dizer que os desafios são duplos: primeiro por essas pessoas não serem reconhecidas socialmente como sujeitos produtivos; segundo, pela dificuldade de garantirem sua autonomia econômica e social, o que resulta em exclusão e isolamento. (Verozeni; Ribeiro; Gomes, 2021, p.12).

No trabalho desenvolvido por Silva, Ferreira e Fumes (2023) concluiu-se que as universitárias investigadas, passaram por momentos de dificuldades no período remoto pandêmico em virtude da ausência de acessibilidade, de materiais adaptados, do apoio ofertado pelo NAC (Núcleo de Acessibilidade da Ufal) e até por parte da própria gestão universitária. Para as autoras a ausência de assistência da Universidade acarretou em prejuízos no processo de formação das alunas, esta situação demonstra que a Universidade não possibilitou assistência e acessibilidade necessária para a não danar o processo formativo de suas alunas com deficiência. Ademais, as autoras também concluíram que

As relações de gênero e deficiência surgem como um dos fatores que influenciam nas vivências destas universitárias, pois o contexto atual tem se mostrado desafiador na vida de muitos sujeitos, sobretudo, da mulher com deficiência, uma vez que esta divide a vida acadêmica com a demandas diárias, incorporado as tarefas do ensino remoto às da rotina (SILVA; FERREIRA; FUMES, 2023, p. 24).

Em decorrências dessas inquietudes, há ainda outras problematizações pertinentes levantas pelos autores na citação abaixo, especialmente, no que se refere as diferentes formas e percepções de deficiência elaboradas no decorrer da história

Partindo do pressuposto de que diferentes modelos de compreensão da deficiência têm efeitos sociais e políticos, uma importante contribuição dos estudos feministas da deficiência foi a de mostrar que o enquadramento da deficiência baseado no modelo biomédico produz opressão e vulnerabilidade, tornando precárias as condições de existência das pessoas com deficiência. Isso porque esse modelo, ao estabelecer um padrão normativo de corpo, torna ininteligíveis as corporeidades que escapam desse modelo. Além disso, o modelo biomédico, ao estabelecer um padrão de resposta sexual normal, corrobora o processo de transformação das pessoas com deficiência como assexuadas, limitando os direitos sexuais e reprodutivos desse grupo social (GOMES et al., 2019, p. 10).

No estudo realizado por Souza da Silva (2020), a pesquisadora destaca a experiência e uma estudante surda de uma Universidade pública do Brasil, nele a autora faz uma análise inicial das questões de gênero e deficiência dentro da universidade, o trabalho foi realizado justamente para demonstrar a outras mulheres com deficiência que desejam ingressar na Universidade como é ser uma mulher com deficiência no ambiente de Ensino superior e as condições às quais elas são impostas nesse ambiente. Ademais, a autora faz uma lista de ações que podem ser desenvolvidas por membros da Universidade, para melhorar as questões de equidade de gênero e também a acessibilidade na Universidade.

Quadro 1: Lista de ações para melhoramento de questões voltadas a equidade de gênero e acessibilidade no ambiente universitário.

Lista de ações:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar e aprofundar estudos sobre às questões de gênero e deficiência na educação superior em diferentes áreas da vida acadêmica: pré-ingresso, ingresso, permanência, participação (pesquisa, ensino e extensão) e egresso. ▪ Identificar as condições em que são exercidos os papéis femininos por mulheres com deficiência que estão na educação superior. ▪ Realizar estudos comparativos sobre a experiência de homens e mulheres com deficiência, com o propósito de confirmar ou negar diferenças sobre questões de gênero nas oportunidades acadêmicas.

- Introduzir a linha de estudos sobre as mulheres com deficiência nos grupos de investigação de gênero, articulando as pesquisas já realizadas no campo da deficiência.
- Relacionar as políticas de acessibilidade e equidade de gênero na educação superior com as propostas da educação básica, com o propósito de diminuir as barreiras no processo de transição de alunos e alunas com deficiência para os cursos superiores.
- Ampliar as opções de escolhas do curso para homens e mulheres com deficiência por meio da previsão da acessibilidade no ingresso e na formação acadêmica.
- Propor metas na política institucional para identificar e eliminar barreiras materiais e atitudinais contra universitárias com deficiência.
- Criar estratégias de aproximação e comunicação efetiva para romper barreiras entre os setores administrativos e o alunado com deficiência.
- Popularizar a LIBRAS na universidade.
- Sensibilizar docentes e estudantes sobre as barreiras atitudinais e discriminações contra mulheres com deficiência no ensino superior.

Fonte: Souza da Silva (2020), adaptado pela autora (2024).

Diante do exposto, é notório que o processo de inclusão é extremamente importante e necessário, mas que não deve permanecer unicamente nas leis e documentos oficiais publicados. Há uma necessidade real e gritante, de que essas ações de fato saiam do papel e passem a integrar a realidade da nossa sociedade e dos ambientes escolares. A preparação para lidar com a diversidade, deve perpassar as paredes das salas de aula e atingir todos os seguimentos sociais.

A inclusão não é um processo simples, nem tão pouco fácil de ser exercido, entretanto, é o caminho correto a se seguir. Através dele, a educação desempenha seu papel emancipador, libertador e justo. É dar direitos aos que necessitam desses direitos, é fornecer um sistema de equidade, no qual todos possuem as mesmas condições de obter êxito, de acordo com suas necessidades reais e consequentemente promover a superação das desigualdades sociais e de gênero.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O trabalho em questão, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, através da utilização de técnicas qualitativas. Na concepção de Neves (2020) o uso de uma técnica qualitativa requer e até mesmo carece do respaldo de uma abordagem bibliográfica, de modo a explorar variados documentos com o intuito de familiarizar o pesquisador com o seu objeto de estudo, assim, consequentemente, melhor será seu conhecimento sobre o tema analisado.

Paiva, Oliveira e Hillesheim (2021) discutem em seu trabalho que uma abordagem qualitativa se caracteriza como uma metodologia capaz de investigar e perceber situações que dificilmente poderiam ser reveladas através de números, envolvendo situações ligadas ao “(...) entendimento, a compreensão e a observação nas relações entre as pessoas na sociedade tentando refletir e investigar novas possibilidades para o problema investigado (p.21)”.

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A abordagem será bibliográfica/webgráfica, em decorrência da utilização de artigos e outros trabalhos científicos presentes em meio virtual. Segundo Pizzani *et al.* (2012), neste tipo de trabalho ocorre uma revisão da literatura abrangendo as principais definições e teorias para guiarem a pesquisa através do recolhimento de informações referentes ao tema, em diferentes fontes de dados, como periódicos, jornais, livros, sites de internet e outras fontes de informações.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes analisados dizem respeito a mulheres com deficiência, inseridas em universidades brasileiras, que provavelmente, enfrentam diariamente uma série de problemáticas capazes de comprometer sua acessibilidade, permanência e formação acadêmica.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu através da realização de pesquisas em base de dados cientificamente confiáveis, que reúnem artigos e demais trabalhos acadêmicos de diversas revistas e periódicos científicos. Dentre as bases estão o Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online – SciELO.

Durante o desenvolvimento das pesquisas foram utilizados trabalhos publicados entre os anos de 2020 a 2024. Também se utilizou termos chaves durante as buscas, dentre eles: “mulheres”, “deficiência”, “inclusão”, “universidades” e “acessibilidade”. Após a realização das pesquisas, os trabalhos foram selecionados através da técnica de leitura flutuante, isto é, houve a escolha daqueles que melhor se adequaram aos critérios pré-estabelecidos.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a pesquisa, seleção e organização dos trabalhos, o próximo passo consistiu na leitura e análise do material selecionado, através da utilização do programa Edge da Microsoft Office, para análise do material, seguido da escrita e organização dos mesmos com auxílio do Word.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização de pesquisas nas bases de dados anteriormente citadas, foi possível observar uma certa carência no que tange a obtenção de resultados esperados, uma vez que o número de trabalhos encontrados foi restrito. Dessa forma, inicialmente foram selecionadas treze pesquisas, essa seleção foi realizada com base nos títulos, entretanto, posteriormente realizou-se uma leitura detalhada dos trabalhos e assim, apenas sete melhor se enquadravam nos objetivos propostos por esta pesquisa.

Nesse sentido, os trabalhos elegidos foram devidamente analisados e seus títulos organizados em um quadro, juntamente com o nome de seus autores.

Quadro 2: total de trabalhos selecionados e analisados durante a pesquisa.

Trabalhos selecionados para a realização da pesquisa.			
Títulos dos trabalhos.	Ano de publicação.	Nome(s) do(s) autor(es).	Distribuição geográfica dos artigos (por regiões do Brasil).
A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade.	2020	SOUZA DA SILVA, J. S.	Sul.
Acesso e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior: Refletindo sob a ótica da inclusão.	2021	CORRÊA, M. S. T. ARAÚJO, R. K. N.	Nordeste e Sudeste.
Mulheres com deficiência na docência brasileira.	2021	VERONEZI, D. P. O. RIBEIRO, G. M. C. GOMES, S. H. A.	Sul.
“Os professores não sabiam O que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência.	2022	EUGÊNIO, J. SILVA, A. S.	Sul.
Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência	2022	PORTE, M. S. ROCHA, J. D. T. PEREIRA, C. A.	Norte e Nordeste.

no ensino superior.			
O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior?	2023	BECHE, R. C. E. MENDES, G. M. L.	Sul.
Educação em direitos humanos e a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: acessibilidade em foco.	2024	MAGALHÃES, T. F. A.	Sudeste.

Fonte: a autora (2024).

Tomando por base os trabalhos selecionados, após a realização das leituras e buscando responder aos objetos propostos pelo trabalho, optou-se por organizar os resultados obtidos em tópicos, para gerar um melhor entendimento.

4. 1 MULHERES COM DEFICIÊNCIA EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS

Ao longo dos séculos a sociedade mostrou-se indiferente ao potencial feminino, marcando a história com episódios cruéis de injustiças, exclusão, preconceito e violências. Os direitos femininos foram surgindo aos poucos, a custa de lutas, renúncias e sofrimento. Esta situação já foi e ainda é mais acentuada quando se trata de mulheres negras, pobres e deficientes. Nesse viés, enquadra-se bem a fala das autoras Côrrea e Araújo (2021)

No âmbito dessa construção histórica e cultural em relação aos corpos femininos, resulta nos processos discriminatórios e de objetificação das mulheres. Se olharmos para outra minoria social, a das pessoas com deficiência, iremos perceber também que estas têm uma história marcada pela invisibilidade e pela segregação social. Geralmente, foram e são percebidas como sujeitos “improdutivos, anormais, indesejados” e que precisam estar longe do convívio social (CÔRREA; ARAÚJO, 2021, p. 3).

Nesse contexto, Eugênio e Silva (2022) defendem que para compreender a real situação de mulheres com deficiência em diferentes ambientes sociais, à exemplo do ambiente universitário o ideal é fazer essas mulheres serem ouvidas, e por meio da criação e apresentação de suas próprias narrativas, elas podem expressar suas vivências, dificuldades, sentimentos e desejos. Proporcionando uma compreensão real das suas experiências nesse ambiente, assim, na pesquisa desses autores eles ouviram uma estudante negra e cega, graduanda do curso de

Pedagogia e reforçam o quanto as vozes de mulheres com deficiência necessitam ser ouvidas dentro da nossa sociedade, que é baseada em padrões criados para pessoas “normais”. Assim, ainda para os autores o ato de ouvir pessoas com deficiências, é o primeiro passo para encorajar movimentos sociais na busca por direitos dessas pessoas.

Do mesmo modo que ocorreu com os estudos feministas e de gênero, em relação às histórias de lutas do feminismo negro, a emergência dos estudos sobre deficiência teve origem nos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência, que começaram a questionar e rejeitar o modelo médico e a perspectiva de caridade como paradigma dominante para pensar a deficiência, especialmente as ativistas mulheres com deficiência, que foram as principais responsáveis pela consolidação dos estudos sobre deficiência como um projeto político-acadêmico (EUGÊNIO; SILVA, 2022, p. 33).

Em seu trabalho as autoras Beche e Mendes (2023) trazem uma abordagem interessante ao resgatar a história da implantação do Ensino Superior, com ênfase no Brasil, evidenciando diferentes momentos da história da educação superior e como esta foi marcada pelo elitismo e por práticas excludentes, especialmente no que se refere a grupos marginalizados da população, dentre os grupos, estão os de pessoas pobres, indígenas, quilombolas, negras, mulheres, deficientes, etc. Ao longo dos anos alguns avanços foram observados, mas a universidade ainda apresenta esse caráter elitista, principalmente, quando se trata de cursos que fornecem um maior renome/destaque social. Apesar da criação da lei das cotas, nota-se ainda muitos obstáculos no acesso e permanência de grupos menos favorecidos economicamente nesse espaço, assim, esse é um ponto que deve ser também analisado, principalmente, quando se pensa em mulheres com deficiência em universidades.

Na percepção apresentada por Côrrea e Araújo (2021) as autoras reforçam que é necessária a observação de que dentro das categorias de pessoas com deficiência estão as mulheres, estas por sua vez, são afetadas corriqueiramente pela criação de estereótipos e pelo desenvolvimento de ações discriminatórias envolvendo questões relacionadas a deficiência e ao gênero, todas essas situações preconceituosas acabam gerando barreiras atitudinais, produto de uma sociedade extremamente influenciada por práticas machistas. Assim, as problemáticas relacionados ao sexo feminino, continuam persistentes, dificultando o pleno

desenvolvimento das mulheres dentro dos mais variados âmbitos sociais e reduzindo seu acesso às oportunidades estudantis e trabalhistas. As autoras ainda relatam que “(...) quando estas mulheres optam por estudar e se desenvolverem profissionalmente deparam-se com múltiplas dessas barreiras, principalmente a da ausência da acessibilidade e de condições plenas para aprender com autonomia” (p. 11). Essa visão corrobora com a apresentada pelas autoras Verozeni, Ribeiro e Gomes (2021)

Nesse sentido, ser mulher e ainda com deficiência significa agregar dois estigmas num único sujeito, aprofundando ainda mais preconceitos arraigados na sociedade e, em consonância, a exclusão torna-se marca deveras profunda no cotidiano dessas pessoas que convivem dentro de uma cultura marcadamente androcêntrica e que cultua a perfeição. Isso porque o “corpo científico” como construto simbólico é normatizado, regulado e enquadrado em padrões culturais que tentam invisibilizar a multiplicidade e a diversidade (VEROZENI; RIBEIRO; GOMES, 2021, p.4).

Chegar ao ambiente universitário não é uma tarefa fácil para grupos socialmente marginalizados, pois como bem já foi comentado, este foi um ambiente arquitetado para grupos da elite. Entrar em um curso superior sendo mulher deficiente, é mais difícil, e quando se trata de uma mulher deficiente, pobre e negra, essa tarefa se torna quase impossível, levando-se em consideração os dados dos trabalhos analisados e a conjuntura social existente no Brasil. O acesso traz dificuldades, mas o processo de permanência/formação e conclusão, especialmente no período/tempo padrão dos cursos, traz consigo barreiras de diversos cunhos (arquitetônicas, atitudinais, de locomoção, tecnológicas, comunicacionais, etc.).

4. 2 DIREITOS HUMANOS E A INCLUSÃO NAS UNIVERSIDADES

As universidades se configuram como espaços nos quais devem haver um pluralismo de ideias, bem como, uma diversidade de pessoas, incluindo seus aspectos (gêneros, classes, etnias, religiões, etc.). Na percepção de Magalhães (2024) no Brasil, nos últimos anos ocorreu uma maior implementação de políticas públicas relacionadas a uma educação inclusiva, com o intuito de reduzir as discrepâncias existentes no campo educacional. Mas será que elas estão de fato sendo aplicadas? Ainda de acordo com a autora

As recentes políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e dos Direitos Humanos, têm contribuído para o crescente aumento de matrículas de estudantes com deficiência na educação superior. Este cenário tem suscitado nestas instituições, a necessidade de uma reestruturação que contemple o atendimento das especificidades destes estudantes. Nesta direção, compreendendo que a acessibilidade configura-se como um direito humano fundamental da pessoa com deficiência (MAGALHÃES, 2024, p.663).

Para alcançar o pluralismo e respeito das diversidades existentes no meio social, anteriormente citados, é indispensável a aplicação real dos direitos humanos, bem como das práticas de inclusão, do contrário, esse ambiente reforçará a lógica da exclusão e do elitismo vigente em seu meio por tantas décadas no Brasil. Nessa perspectiva, é relevante a fala das autoras Côrrea e Araújo (2021)

Como é perceptível, são séculos de silenciamento e apagamento das pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade, é sabido que na contemporaneidade muitas já foram as conquistas para essa parcela da população. Contudo, temos vivido em nosso país alguns retrocessos no que tange a direitos já adquiridos historicamente e sabemos também, que a efetividade dos serviços ou a garantia desses ainda é escassa em muitos lugares do Brasil. Precisamos ter em mente todos os processos e marcos históricos de segregação e exclusão destas pessoas, para seguirmos lutando pela garantia dos seus direitos, na defesa das suas dignidades, para seguirmos avançando na construção de uma sociedade cada vez mais justa (Côrrea; Araújo, 2021, p.5).

No trabalho realizado por Porte, Rocha e Pereira (2022) buscou-se analisar as barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior, os autores objetivaram entender os principais problemas e desafios enfrentados por pessoas com deficiência no ambiente anteriormente referido, no que diz respeito a conclusão da graduação. No decorrer do trabalho os autores deixaram claro que nas pesquisas realizadas na literatura, são encontrados trabalhos relacionados a deficiência visual e auditiva, em contrapartida as demais deficiências não possuem dados ou esses são extremamente escassos. Assim, os pesquisadores reforçam a necessidade da realização de pesquisas a respeito dos outros tipos de deficiências. Ademais, vale acrescentar as principais barreiras encontradas através da pesquisa, em destaque, estavam as barreiras nas comunicações e na informação, seguida do mapeamento de outras como as tecnológicas, atitudinais, arquitetônicas e urbanísticas.

Outra percepção importante, levantada por Porte, Rocha e Pereira (2022) é o fato de os trabalhos levarem em consideração apenas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, não havendo dados suficientes sobre as barreiras e dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência das IES da rede privada, lembram também que em ambas as instituições atuam docentes, técnicos e terceirizados possuidores de alguma deficiência, e carecedores de pesquisas capazes de relatar suas realidades, problemas e anseios.

No que tange aos direitos humanos e a aprovação de leis para pessoas com deficiência, o Brasil é um dos países campeões nesse quesito, entretanto, de acordo com Eugênio e Silva (2022) ainda há no país uma dificuldade em pôr em prática essas leis, sejam em ambientes educacionais, hospitalares e principalmente no âmbito trabalhista, nos quais os trabalhadores com deficiência não possuem condições adequadas de trabalho, impedindo-os de praticar seu trabalho de forma digna. Além desses fatores, os autores ainda reforçam a ideia de que nesses ambientes, as pessoas com deficiência são vistas como “exemplos”, “inspirações”, símbolos de “persistência” e conseqüentemente um modelo a ser seguido pelos demais trabalhadores. Os autores ainda reforçam o seguinte

Aliás, o mercado de trabalho é considerado *locus* privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso quanto as condições de ingresso nesse representam importantes etapas na trajetórias dos sujeitos, marcadas, muitas vezes, por efeitos discriminatórios, racistas e capacitistas de ideias como as de que não há racismo no Brasil, de que o problema é estritamente de classe, ou ainda, de que as mulheres negras já conseguiram romper as barreiras existentes por estereótipos racistas de serem “mais fortes” e, por isso, até mais resistentes à dor. (EUGÊNIO; SILVA, 2022, p.37).

No trabalho desenvolvido por Beche e Mendes (2023) com foco em pesquisas baseadas na trajetória de mulheres no ensino superior entre os anos de 2016 e 2024, destacou que apesar do aumento no número de acesso aos mais variados níveis de ensino, as maiores dificuldades ainda estão atreladas a permanência, sucesso e conclusão dos cursos. Ademais, os autores relatam que além da preocupação com a acessibilidade no ensino superior, outra preocupação recorrente é com os cursos, ou melhor, com as áreas de formação, pois nem sempre o curso almejado pela pessoa com deficiência apresenta condições reais de acessibilidade, sendo este um fator gerador de insegurança na hora da escolha do curso.

Essa situação merece uma atenção especial, pois sabe-se que as dificuldades e lutas envolvidas na conclusão da educação básica, já não são fáceis para uma pessoa com deficiência. Assim quando ela consegue concluir o ensino médio, chega a hora de escolher o curso superior na área almejada, mas por vezes, ela não consegue ou tem receio de cursar, pois não sabe se as condições de acessibilidade irão lhe permitir continuar e concluir o curso, consequentemente o que seria um sonho, se tornará mais uma frustração. A esse respeito, Beche e Mendes (2023) trazem uma fala pertinente sobre acessibilidade

Assim, é de nosso entendimento que a compreensão da acessibilidade como um direito – seja pelo exercício da lei, seja pela compreensão da deficiência como característica eminentemente humana que perpassa nossa identidade, seja pelo respeito a justiça social, ou pelo simples sentimento de alteridade – pode e deve ser um marcador de ações que visem o desenvolvimento de uma cultura inclusiva que abranja e respeite a todos, contrariando a lógica elitista que demarca, de forma contundente, o ensino superior e todos que por ali passam (BECHE; MENDES, 2023, p.16).

As autoras ainda retratam que por vezes os IES acabam, infelizmente, passando para as estudantes e candidatas ao vestibular, a culpa por não conseguirem entrar, motivo principal pelos fracassos pessoais. Fazendo-as “carregar” como uma culpa delas, a incapacidade de não conseguir a aprovação ou até mesmo a conclusão de um curso superior. Assim, é mais fácil culpabilizar a pessoa com deficiência, ao invés de modificar todo um sistema elitista existente nas universidades (BECHE; MENDES, 2023). Corroborando com a fala das autoras Côrrea e Araújo (2021) expressam o seguinte

Assim como acontece nas escolas, os diversos espaços sociais não estão preparados para viver a inclusão, de fato, pois não há mudanças estruturantes que permitam aos sujeitos sentirem e perceberem que esses espaços foram pensados e construídos para abraçar todas as diferenças e diversidades que nos permeiam enquanto sujeitos. O que acaba acontecendo é a necessidade de as pessoas com deficiência precisarem se adequar a estes espaços, o que resulta em uma ação integracionista e não inclusiva (CÔRREA; ARAÚJO, 2021, p.).

Dessa forma, apesar da existência de tantas leis ligadas a inclusão e aos direitos humanos de todas as pessoas, mas principalmente de grupos marginalizados socialmente, evidenciam uma realidade na qual os ambientes sociais, com ênfase nos educacionais, à exemplo das universidades, sejam estas públicas ou privadas, não estão preparados ainda para a prática efetiva da inclusão,

sendo por vezes, ambientes apenas de integração e exclusão. Para tanto, cabe a reflexão

Sabemos que as condições de acesso e permanência a pessoa com deficiência no ensino superior não implica apenas a construção de espaços fisicamente acessíveis, mas também recursos pedagógicos e didáticos, informações para a comunidade técnico-administrativa, formações para o corpo docente e apoio institucional, além das mudanças dos próprios paradigmas ideológicos. Portanto, há que se proporcionar uma mudança conjuntural na forma de funcionar das instituições, não apenas no ensino, mas também na maneira de fazer pesquisa e extensão, bem como na infraestrutura oferecida a toda a comunidade acadêmica. Compreendemos que tornar a universidade um espaço verdadeiramente inclusivo é uma tarefa complexa, principalmente em um país como o nosso, onde cada vez menos temos a valorização e os investimentos necessários nesta área (CÔRREA; ARAÚJO, 2021, p.12).

A educação inclusiva e acessível deve ser um objetivo real e concreto em nosso país, para tanto, são necessárias, para além das mudanças sociais, espaciais e estruturais, a realização de maiores investimentos financeiros, tanto em recursos de acessibilidade, em reformas arquitetônicas e na capacitação de profissionais para trabalharem de forma direcionada em meio as diversidades.

4. 3 DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ACADÊMICO

Retornamos mais uma vez as discussões para a ótica feminina dentro do contexto das IES, durante a realização de pesquisas nas bases de dados em busca de trabalhos voltados aos principais desafios enfrentados por mulheres no âmbito acadêmico, levando em consideração a perspectiva das discentes, foi possível observar uma certa escassez de trabalhos nesse viés, claro, não quero dizer com isto que esses trabalhos são inexistentes. Outra informação relevante, é o fato de alguns dos poucos trabalhos encontrados, relatarem esse número reduzido de pesquisas e até mesmo apontarem em suas considerações finais a necessidade do levantamento de novos dados sobre as realidades dessas mulheres no âmbito universitário, não apenas das discentes, mas também as docentes, técnicas e demais funcionárias terceirizadas da universidade.

Segundo Eugênio e Silva (2022) um dos fatores que limita a interação das pessoas com deficiência em diferentes esferas sociais, é justamente o capacitismo, esse por sua vez, encontra-se inserido em variadas situações cotidianas,

concretizando-se através de atitudes discriminatórias e preconceituosas, classificando as pessoas por meio de estereótipos, baseados em padrões de corpos perfeitos, funcionais e “normais”. Nessa perspectiva o capacitismo induz os indivíduos com deficiência a serem vistos/tratados como incapazes de realizar todas as atividades desempenhadas pelas demais pessoas, que vão desde estudar, trabalhar, amar, sentir e até mesmo aprender. Dessa forma, ainda de acordo com os autores

Ainda hoje, muitas mulheres com deficiência, no Brasil e no mundo, vivem isoladas do convívio social, presas em suas casas ou confinadas em instituições pela própria família e incapacitadas de controlarem a própria vida. As narrativas da deficiência que associam essa população como digna de pena e de ações de caridade, assim como o ideal corpo-normativo reiterado pelo modelo biomédico ainda estão presentes, tornando-se obstáculos na luta pelos direitos dessas pessoas a uma vida ordinária (EUGÊNIO; SILVA, 2022, p. 35).

Corroborando com as informações citadas anteriormente Verozeni, Ribeiro e Gomes (2021), complementam a fala, ao citar que além do capacitismo vigente, há uma visão social estigmatizante, que limita, torna frágil e vulnerário os corpos, a vida e os sonhos das mulheres com deficiência. Simultaneamente surgem situações de exclusão, diminuindo as possibilidades de estudo, trabalho, produção, inserção em esferas sociais, educacionais, trabalhistas e econômicas. Em contrapartida, há um aumento no número de dependência de terceiros, como os familiares, que em diversos casos se tornam superprotetores, impedindo por vezes o desenvolvimento dessas mulheres que veem suas vidas serem controladas por outras pessoas e justamente nesse ponto, torna-se perceptível a consolidação de mais uma forma de violência, na qual o “ser” deficiente ocupa uma posição de subalterno.

Situações como estas não são difíceis de encontrar, quantas e quantas mulheres brasileiras, pobres e deficientes, passam a vida inteira aos cuidados familiares, envoltas de uma superproteção, que as limita, restringe e as impede de viver, fazendo-as apenas existir. Nesse cenário, a fala a seguir se torna pertinente

Pode-se dizer que o contexto apresenta dois marcadores de silenciamento e de exclusão: ser mulher e com deficiência. Essas são duas condições vulnerabilizantes marcadas por experiências de subordinação, discriminação e desigualdade, somadas às diversas formas de violência. Uma dupla desvantagem que se torna ainda mais complexa ao se incorporar as categorias de raça/etnia, classe etc. No Brasil, ainda é possível visualizar as desigualdades e o silenciamento de muitas vozes.

Corpos anônimos que são removidos de qualquer possibilidade ou capacidade de pensar e agir por si mesmos. (VEROZENI; RIBEIRO; GOMES, 2021, p.4)

Infelizmente as barreiras enfrentadas por mulheres deficientes não são poucas e muitas iniciam no próprio ambiente familiar, quando se trata de dificuldades no campo educacional, as problemáticas já iniciam na educação básica, quando não há profissionais capacitados para lidar, adequar e sanar as necessidades específicas de cada uma.

Quando uma jovem consegue chegar ao ensino superior, as dificuldades não diminuem, pelo contrário, surgem novas barreiras, não falo apenas aqui de jovens deficientes, mas também de todos os demais grupos socialmente marginalizados, o ato de entrar/ingressar em um curso superior, a priori, aparente ser o mais difícil, quando na verdade, é a etapa menos complexa, pois o mais dificultoso é a permanência e a conclusão, falo isso por ter sido uma jovem filha de agricultores, moradora de um município do interior de Alagoas, da zona rural, que ingressou na universidade, sem ao menos conhecer a dimensão e a importância desse lugar e que a custo de muitos sacrifícios, conseguiu concluir a graduação.

Foi possível observar nos trabalhos analisados, que as principais problemáticas enfrentadas por mulheres deficientes no âmbito universitário dizem respeito a ausência de acessibilidade, poucas práticas de inclusão e inúmeros tipos de barreiras (atitudinais, urbanísticas, tecnológicas, arquitetônicas, de transporte, comunicação e informação). Ademais, outras situações vinculadas a situação econômica, desigualdades sociais, de gênero e cor, também são relatadas. Entretanto, vale salientar mais uma vez, que são reduzidos os números de trabalhos que trazem de fato as falas dessas mulheres, quer dizer, seus relatos, vivências e desejos. A respeito dessa fala Beche e Mendes (2023), corroboram com a discussão

No entanto, a completa inclusão desses grupos ainda se mantém distante do ideário que embasa o conceito de equidade, afinal, a intensificação da desigualdade econômica no nosso país escancara as múltiplas vulnerabilidades que são forjadas na história de vida dos sujeitos que, pertencentes aos grupos marginalizados, sofrem o preconceito e a discriminação pela cor da pele e/ou pela condição socioeconômica e/ou pelas variabilidades das habilidades corporais e/ou pelo seu gênero e/ou por outras características, que por fugirem do padrão de normalidade, podem ser consideradas como justificativa de fracasso. (BECHE; MENDES, 2023, p.5).

Diversas são problemáticas envolvidas na entrada, permanência e conclusão de cursos nas IES, visto que essas pessoas precisam provar a todo instante que aprendem, que conseguem e que vão vencer os obstáculos impostos. Inúmeras dessas situações poderiam ser resolvidas com a garantia efetiva de seus direitos reais a acessibilidade e as práticas realmente inclusivas, tornando a caminhada na busca de seus sonhos, bem mais prazerosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa evidenciou uma realidade preocupante, realidade esta que me impulsionou a permanecer com o tema, que é justamente a baixa existência de relatos/trabalhos/pesquisas demonstrando as principais dificuldades, permanência e conclusão de pessoas do gênero feminino com deficiência em espaços universitários.

Isso me faz refletir sobre meu sentimento inicial ao escolher essa linha de pesquisa, pois fiz minha graduação em uma universidade pública no período de quatro anos e não vi, em nenhum desses anos, nenhuma mulher com deficiência frequentando o campus, não havia na minha turma e nem nas demais, então durante o curso de pós-graduação, passei a refletir a respeito dessa realidade, esperando e torcendo sinceramente por mudanças.

É notório também que esta pesquisa foi realizada em um curto intervalo de tempo, o que permite o desenvolvimento ou até mesmo a continuidade dos trabalhos nesse mesmo viés. Entretanto, com o aumento de práticas inclusivas, o surgimento de novas tecnologias e a “suposta” melhora na acessibilidade, espera-se também uma elevação dos índices de entrada, assim como de permanência e conclusão nos cursos de ensino superior por mulheres com deficiência.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. M. Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil: o Que Temos para Hoje? Revista Educação Artes e Inclusão, v.13, n.3, Set./Dez. 2017.

BECHE, R. C. E.; MENDES, G. M. L. O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior? Revista Educação Especial Santa Maria, v. 36, 2023.

CORRÊA, M. S. T.; ARAÚJO, R. K. N. Acesso e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior: Refletindo sob a ótica da inclusão. Research, Society and Development, v. 10, n. 7, 2021.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

EUGÊNIO, J.; SILVA, A. S. "Os professores não sabiam O que fazer comigo!": reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. Educação em Revista, Marília, v.23, n. 01, p.27-42, 2022.

FARIAS, I. R.; SANTOS, A. F.; SILVA, É. B. Reflexões sobre a Inclusão Linguística no Contexto Escolar. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; SOUZA FONTES, R. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. Revista do Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul. v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GOMES, R. B.; et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2019.

MAGALHÃES, T. F. A. Educação em direitos humanos e a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: acessibilidade em foco. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1- p. 663-683, mai.- ago., 2024.

MIRANDA, F. D. Aspectos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019.

NEVES, E. P. Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2020.

PAIVA, A. B.; OLIVEIRA, G. S.; HILLESHEIM, M. C. P. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. Revista Prisma, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-33, 2021.

PEREIRA, R. R.; et al. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. Revista Educação Especial, v. 29, n. 54, p. 147-160, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em 15 mar. 2024.

PIZZANI, L.; et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

PORTE, M. S.; ROCHA, J. D. T.; PEREIRA, C. A. Barreiras de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. Administração Pública e Gestão Social, vol. 14, n. 4, out.-dez., 2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, S. L. C.; FERREIRA, R. M.; FUMES, N. L. F. Vivências de universitárias com deficiência em tempos de ensino remoto em decorrência da COVID-19. Revista Educação Especial, v. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SOUZA DA SILVA, J. S. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. Revista Educação Especial, v. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 05 abr. 2024.

UNESCO. Inclusão Digital e Social de Pessoas com Deficiência: Textos de Referência para Monitores de Telecentros. – Brasília: UNESCO, 2007.

UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights, 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VERONEZI, D. P. O.; RIBEIRO, G. M. C.; GOMES, S. H. A. Mulheres com deficiência na docência brasileira. Em Questão, vol. 28, n. 2, abril-jun., 2022.